

Questões de Michel Foucault à revista Hérodote e respostas dos geógrafos*

Tradução: Ana Maria Leite de Barros

Revisão técnica: Cláudio Luiz Zanotelli

Esse texto foi traduzido livremente do original em francês da Revista Hérodote, abril-junho, segundo trimestre de 1977, n.6, p.3-39, por Ana Maria Leite de Barros e teve revisão técnica de Cláudio Luiz Zanotelli. A versão original da revista foi obtida de gallica.bnf.fr/Bibliothèque Nationale de France.

Trata-se de texto inédito em português. Ele é o prosseguimento lógico do primeiro dialogo estabelecido entre Foucault e os geógrafos que gravitavam em torno da Revista Herodote fundada por Yves Lacoste. Em efeito, no primeiro número de revista Hérodote, primeiro trimestre de 1976, janeiro-março, esse geógrafos apresentaram questões a Michel Foucault que as respondeu e a entrevista foi publicada nesse mesmo número (p.71-85). Essa entrevista com Michel Foucault foi traduzida no Brasil por Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza e publicada dentre outros artigos no livro Microfísica do poder em capítulo intitulado Sobre Geografia, (Michel Foucault, Microfísica do poder, p.153-166, Rio de Janeiro: Graal, 1999 [primeira edição em português 1979]).

O dialogo ora apresentado prolonga o debate, pois desta feita é Foucault que endereça questões aos geógrafos. São inúmeros geógrafos que respondem às questões, dentre eles Milton Santos, Jean-Bernard Racine e Claude Raffestin.

Esperamos, assim, com essa tradução suprir uma lacuna em português desse dialogo.

Por outro lado, traduzimos e apresentaremos separadamente nesse mesmo número da revista Geografares, as respostas de geógrafos anglo-saxões, trinta anos depois, às mesmas questões formuladas por Foucault à Hérodote. Dentre essas respostas há notadamente um texto de David Harvey.

Editorial da Revista Herodote nº6

Após ter aceitado responder às questões sobre a Geografia (cf. Hérodote, nº 1), Michel Foucault expressou suas interroga-

ções aos geógrafos.

Como as questões de fundo de Michel Foucault se referem essencialmente ao problema do poder e da dominação, as respostas não podiam ser unânimes nem buscaram ser coletivas.

As dúvidas relativas ao poder, sobretudo na visão ubíqua de Michel Foucault, não dizem respeito obviamente apenas à geografia, mas ao conjunto de praticas sociais e representações que são feitas. As respostas dos geógrafos não são, então, especificamente “geográficas” e elas correspondem à ideia que cada um deles tem, não da geografia, mas da sociedade em seu conjunto. Também os problemas de geografia foram, em certa medida, esquivados por Michel Foucault, e por um bom número daqueles que tentaram lhe responder.

Quando Michel Foucault pergunta: “Você poderia fazer um esboço do que entende por poder?”, “Quem tem o poder?”, nós pensamos que não há somente uma resposta, mas respostas de diferentes tipos dependendo da escala do espaço social que se leva em conta: a resposta é diferente se o que levamos em consideração é o espaço planetário (escala muito pequena) – se trata aqui do papel das duas superpotências e das grandes firmas transestados; ou se consideramos, à uma escala muito grande, a organização espacial do lar familiar e as relações de poder entre os indivíduos. Aprender o problema do poder distinguindo sistematicamente diferentes escalas espaciais e diferentes níveis de análise evita confundi-lo em um mesmo conjunto impreciso, em uma mesma ubiquidade, são estruturas de poder muito diferentes ainda que estejam articuladas entre si.

Quando Michel Foucault pergunta: “Que importância vocês dão à noção de estratégia?” é aí que seríamos mais críticos a respeito do conjunto de seu discurso, porque ele tende a designar por esse mesmo termo, de um lado, os planos deliberados, conscientes, organizados e inventados para atingir certos objetivos ou vencer um adversário, onde se escolhe meios e astúcias levando em conta as condições do “terreno”; e de outro lado, as tendências inconscientes e diluídas dos procedimentos nos quais o conjunto da sociedade toma parte, sem se dar conta, e que produz efeitos involuntá-

*Todas as expressões entre colchetes, bem como as notas de fim i, ii, iii, etc, são dos tradutores.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2016
ISSN 2175 -3709

rios, sem vencedores e nem vencidos.

Quando, em seu último livro, *La Volonté de savoir*, reflexão capital para todos nós, Michel Foucault mostra que em substância o que ele chama de “estratégia de poder” não procede somente dos interditos relativos ao problema essencial da sexualidade, mas também – e muito mais – por incentivos para falar “nisso”, para pensar “nisso”, essa “estratégia” que ele desvela é justamente uma das mais inconscientes, uma das mais involuntárias, tanto por aqueles que a exercem (onde eles estão? Em todos os lugares) quanto por aqueles que são submetidos a eles (quem são eles? Todos nós). Se trata de dispositivos involuntários e de propensões coletivas inconscientes. É evidentemente essencial se dar conta, mas dizendo “Isso acontece como se existisse uma estratégia e mestres do jogo”. É justamente por que não existe, e por que não há uma estratégia conscientemente deliberada opondo adversários bem definidos em relação ao que está em jogo e claramente perceptível que essa propensão é tão poderosa em nossa sociedade.

Quando falamos de estratégia e de tática, não é, evidentemente, à esses dispositivos inconscientes, à essas tendências coletivas, que estamos pensando, mas à planos, construídos secretamente ou discretamente, inventados por um dos protagonistas de uma relação de força, à planos que levam em conta não somente os meios e as características dos adversários, de outra estratégia que ele poderá também talvez implementar, mas também nos referimos a configuração do “terreno” (desde a topografia até as diversas escalas do espaço social) e às posições relativas que ocupam no espaço as forças nele presentes. É por isso que saber pensar o espaço tem uma importância tão grande em todo raciocínio estratégico.

Hérodote.

As questões de Michel Foucault

Não são questões que eu vos faço a partir de um saber que eu teria. São interrogações que eu me faço e que vos encaminho, pensando que vocês estão, sem dúvida, mais avançados que eu nesse caminho.

1. A noção de estratégia é essencial quando queremos analisar o saber e suas relações com o poder. Será que ela implica, necessariamente, que através do saber em questão se faz a guerra?

A estratégia não permite analisar as relações de poder como técnica de dominação?

Ou devemos dizer que a dominação não é senão uma forma continuada da guerra?

Dito de outra forma, qual é importância que vocês dão à noção de estratégia?

2. Se os compreendo bem, vocês procuram constituir um saber sobre o espaço. É importante para vocês constituí-lo como ciência?

Ou vocês aceitariam dizer que o corte que marca o limiar da ciência não é senão uma maneira de desqualificar certos saberes ou fazê-los escapar ao exame?

A partilha entre ciência e saber não científico é um efeito de poder ligado à institucionalização do conhecimento nas Universidades, centros de pesquisa, etc.?

3. Parece-me que vocês ligam a análise do espaço ou dos espaços menos à produção e aos “recursos” que ao exercício do poder.

Será que vocês poderiam delinear o que vocês entendem por poder? (Em relação ao Estado e a seus aparelhos, em relação à dominação de classe).

Ou vocês acham que a análise do poder, de seus mecanismos e de seu campo de ação ainda está no início e é muito cedo paradar definições gerais?

Em particular, vocês pensam que dá para responder à pergunta: quem tem o poder?

4. Vocês pensam que é possível fazer uma geografia – ou geografias, de acordo com as escalas – da medicina (não de doenças, mas de instituições médicas com sua zona de intervenção e modalidade de ação)?

Michel FOUCAULT

Julho de 1976.

As respostas às questões de Foucault

Olivier Bernard
Maurice Ronai

1. O Exército, matriz do poder

Para nós, o poder moderno é a forma continuada, não da guerra, mas do exército.

Ao reunir, desde o fim do século XVII, uma coletividade fundada sobre o “dom da vida” e o sacrifício do corpo, o exército se confronta com a gestão de uma multiplicidade de indivíduos mal pagos, fracamente devotados à causa do Príncipe, de forma alguma devotados aos objetivos da guerra¹. Em *Surveiller et Punir*ⁱⁱⁱ, vemos como toda uma política de micro-coerções, de trabalho sobre o corpo, de manipulação calculada dos seus elementos, dos gestos, toda uma microfísica de dominação suplantam as fórmulas de poder baseadas na vassalagem, na domesticidade ou no ascetismo monástico.

Estes arranjos sutis, esses dispositivos minuciosos, aparentemente menores, nunca inocentes, investem os corpos dos soldados, estruturam o espaço do quartel, programam o tempo das manobras, dividem em segmentos as operações de exercícios para rentabilizar, submeter, disciplinar. Obediência, eficiência, coesão, economia. Os militares exportam esses procedimentos, testados nas tropas, para as instalações que controlam: hospitais militares, prisões, escolas militares, arsenais, fábricas de armas e guarnição.

É preciso abandonar uma concepção de história que isola a “primeira vez”, o local e o momento da emergência de uma inovação, a fonte inaugural. Se dissermos que o exército é a matriz, o laboratório e o modelo do poder moderno, não é tanto por que esses procedimentos de poder surgiram aí pela primeira vez – inclusive eles penetram ao mesmo tempo nas escolas, nos hospitais, nas prisões, nas fábricas – mas é que esses procedimentos ali são empregados de forma maciça, sistemática e exemplar sobre todo o território, sobre efetivos do exército importantes².

Ao descrever a disciplina, você [M. Foucault] descreveu somente um regime de poder: aquele dos tempos de paz. Porque o poder, como o do exército, é regido por uma polaridade estrita paz-guerra. Em tempos de guerra, na conquista, na invasão, na ocupação, na repressão à população insurgente, o poder coloca em prática outros procedi-

mentos: toque de recolher, tomada de reféns, esquadramento absoluto do território e controle dos deslocamentos da população. É o Estado de Sítio. Em tempos de paz, as coerções são discretas e a violência é difusa, insidiosa, dispersa e em doses homeopáticas. Em tempos de guerra, as coerções são brutais, a violência é visível e a ameaça de morte é um recurso explícito.

O direito militar e o também direito civil mostram bem esse corte do tempo.

Não existe um regime normal – a disciplina – e um outro que estaria além, que seria uma exceção à regra. Não se recorre ao estado de sítio somente quando a disciplina falhou. A escolha resulta de um cálculo cínico de rentabilidade, de avaliação de custos e lucros sociais. São regimes estratégicos no sentido de economias e dos modos de administração do poder³.

As firmas multinacionais, que operam em curto, médio e longo prazo, que atuam, em diferentes escalas, sobre a mobilidade de seus equipamentos e sobre a fluidez de seus investimentos, apostam, aqui, na disciplina e, lá, no estado de sítio. Elas subvencionam golpes militares e grupos de extrema direita para fazer pressão sobre os salários e para destruir as direções sindicais (Chile, Argentina) e, em outros lugares, exigem o levante de um estado de sítio para explorar as capacidades de trabalho de um proletariado qualificado e assegurar um mínimo de cooperação (Espanha e Grécia). Ainda há mais: existem estados de sítio parciais: um bairro (o cinturão industrial de Teerã), uma fábrica (Citroën), uma cidade (Córdoba), uma região (Sul do Líbano, Boêmia), um ramo industrial (o nuclear)⁴.

Esses dois regimes estratégicos se desdobram em campanhas, as estratégias propriamente ditas; condutas racionais, realizadas em função de adversários supostamente racionais, delimitando um território e visando um objetivo. Enfim, essas campanhas se ramificam em operações, realizadas em curto prazo, os estratagemas.

Não é de surpreender que o modelo dos regimes estratégicos, as estra-

1 Por Exército entende-se o corpo especializado na gestão da violência, no uso da ameaça de morte, no esquadramento do território, na defesa das fronteiras ou na conquista. Máquina permanentemente sob a autoridade direta do soberano, recrutada no lugar, entre os súditos. Instrumento da potência real, o exército moderno opõe-se aos exércitos feudais sob a autoridade do senhor [feudal] e às tropas mercenárias, dispendiosas, sob a autoridade de seu chefe. Em um mesmo movimento, a monarquia absoluta destruiu fortalezas senhoriais, se apropriou e unificou os bandos armados aristocráticos, criando corporações de elite (mosqueteiros do rei, dragões) e estabelecendo o recrutamento para o serviço militar obrigatório com sorteio. Richelieu [referência ao Cardeal de Richelieu, que foi primeiro-ministro de Luís XIII de 1628 a 1642] e depois Louis XIV desarmaram a aristocracia e militarizaram o Estado. Usando conscientemente a superioridade demográfica francesa, eles forjam um instrumento econômico (grandes obras, portos, canais, manufaturas e fábricas de armas) e militar (frota, rede de quartéis e fortificações, generalização do fuzil), estabelecendo o complexo militar-manufatureiro. Ao se definir como uma máquina separada, gerente da ordem, das fronteiras, da potência, o exército se confronta com os pontos fracos da administração monárquica. É Vauban quem denunciou o sistema de cobrança de impostos e a ausência de um inventário dos recursos materiais e humanos.

2 Rochefort, porto militar, serve de laboratório para os dispositivos de monitoramento médico (contágio), policial (desertores) e fiscal (mercadorias).

A filiação exército-Estado é particularmente visível nas colônias, onde uma presença militar, antes mínima, funda o Império colonial, frequentemente por sua própria iniciativa.

3 É precisamente essa polaridade paz-guerra que as teorias do poder tentam abordar: ideologia/violência, hegemonia/dominação. Ao pensar o poder essencialmente sob o prisma do Estado, como poder...

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2016
ISSN 2175 -3709

...de uma classe ou de um bloco de classes que hegemonomizam as classes exploradas através das ideologias ou de aparelhos ideológicos de Estado, essas teorias só imaginam a passagem do consenso à força em termos de falha de aparelhos ou de fissuras do bloco de poder. O abandono do parlamentarismo nem sempre sanciona o fracasso dos procedimentos "democráticos".

4 A proliferação das centrais nucleares multiplicam os micro-estados de sítio, ainda pontuais, tendendo, quem sabe, à sua generalização.

tégias e os estrategemas sejam militares. Em fim de conta, é o pensamento militar que cristaliza a simetria paz-guerra, a elaboração de campanhas ou de planos operacionais e gera a obsessão previsionial, o fantasma prospectivo, o imperativo da antecipação que assombram os homens de poder.

2. O que está em jogo: não a verdade, mas o sucesso

O exército, se constituindo um aparelho separado, elabora conjuntamente procedimentos de saber e poder. Se coloca em evidência, assim, a emergência de um gênio militar^{iv} como arte e técnica de construção de fortalezas, quartéis, pontes e estradas, como construção de eixos de comunicação e, mais tarde, dos meios de transmissão. O gênio militar inaugura ao mesmo tempo o urbanismo, a arquitetura e a tecnologia de construção: Vauban^v. Do mesmo jeito, os métodos de cálculos na intendência, de contagem [da população] para o recrutamento e, mais tarde, o alistamento militar obrigatório, as modalidades de controle de riquezas inauguram a estatística, a demografia e a contabilidade. Ainda Vauban. Quanto aos inventários descritivos, esses catálogos exaustivos sobre o clima, os rios, a população e seus costumes, a organização política e militar dos adversários, o levantamento topográfico, enfim, a reunião dessas informações em forma de mapas, já se mostrou como a geografia foi herdeira.

Esses saberes não reivindicam a cientificidade. O que está em jogo não é a verdade, mas o sucesso.

A geografiadiria respeito tanto aos saberes operacionais, sancionados por uma prática (ganho ou perda), que impõe contornos móveis, elásticos (como aqueles da medicina, da agronomia e da arquitetura), que não respeita as fronteiras entre as ciências da natureza e as ciências humanas desenhadas no século XIX, quanto aos saberes acadêmicos, cujo corte delimita as ciências lisas, homogêneas, com objeto específico.

Os saberes acadêmicos invocam sua legitimidade pelo espetáculo de uma cientificidade: eles encontram aprovação no mercado de ideias: edição, canais de promoção universitária-

rios, critérios de recrutamento e atribuição de créditos. Os saberes operacionais preparam a decisão, informam as estratégias, visando a ordem, a saúde, o lucro e a vitória.

3. Lugares de poder/lugares de não-poder

Para a questão "quem tem o poder?", se tem e somente se pode ter uma resposta teórica (isso, o poder, não se possui, isso se exerce...) ou propagandista, politicamente pertinente (a burguesia, claro). Essa última resposta deixa de lado o que a outra designa: a ubiquidade, a fluidez e a dispersão do poder. Uma outra questão nos parece produtiva: onde está o poder – ou antes: onde se inscreve o poder? É preciso logo localizar o seus pontos de ancoragem, assinalar os *campos* de poder e mostrar como ele *irriga* o campo social.

Podemos isolar três tipos de análises do poder: jurídico-político, centrado no aparelho do Estado, socioeconômico, centrado na dominação de classe, e topológico-maquínico, centrado nos dispositivos e nos equipamentos.

Elas são impregnadas de representações espaciais:

- *cidade-campo*: na cidade se fixaria a autoridade, se concentra a força, se acumula a renda retirada dos camponeses subjugados, dominados e contidos. A referência histórica é a das sociedades asiáticas ou escravagistas.

- *centro-periferia*: é a passagem ao limite, na escala planetária (ou na escala nacional para os movimentos regionalistas) da oposição cidade-campo. O centro designaria o coração, ou corações, dos sistemas imperialistas que, pela força ou por trocas desiguais, exerceriam uma dominação sobre um "vasto conjunto de camponeses no terceiro mundo". Esse esquema foi delineado por Bukharin^{vi}, retomado por Samir Amin^{vii} e depois foi largamente banalizado.

Haveria bases, sedes, fontes de poder e margens excluídas, despossuídas, submetidas à um poder externo. Resumindo, um lado de dentro e um lado de fora [dos centros de poder].

Essas três séries metafóricas tentam identificar uma origem, o cérebro de onde tudo procede, onde são tomadas as decisões que submetem todas as pessoas e todos os lugares. O problema teórico dessa representação é a centralização. O modelo extremo, aquele através do qual todo po-

der tenderia, é a autocracia onde o poder é assegurado sem partilha.

Enfim, circula uma ideia que alguns lugares escapariam do poder, por seu distanciamento do centro, sua tolerância ou sua indiferença. *Terra de ninguém. Terra sem poder*^{viii}. Poderia aí se constituir lugares isolados, áreas libertadas sem luta. Esses lugares são estritamente utópicos porque eles não existem.

Essas representações espaciais apontam um problema real, em termos de proximidade ou distância, densidade e concentração. *O poder não é exercido em todos os lugares com a mesma intensidade.*

Nós propomos, muito provisoriamente, descrever o poder como uma rede ramificada de condutos e canalizações através dos quais circulam *decisões*–injunções, diretivas, comandos – e *informações* – inquéritos, relatórios, atas. À metáfora maquinica, nós preferimos a metáfora hidráulica: esquadrihar o território através de uma reticulação [maillage].

O modelo deste sistema de irrigação não é o sistema cardiovascular, mas o aparelho militar mais uma vez, por meio do qual foram elaboradas no século XVIII (e bem antes, em Roma), para conquista ou dissuasão, os *quadros* (as centurições romanas) que tal superfície do território, com determinada configuração geomorfológica e de vegetação e com determinada densidade humana, designam uma certa quantidade de tropas, sob a autoridade de um certo hierarca, dotados de um tipo de equipamento.

As reticulagens – *prefeitorais*^{ix}, policial, eclesiástica, escolar, penitenciária, judicial, industrial, comercial, mas também política e sindical – se combinam, se entremeiam e competem entre si. Cada uma determina seu zoneamento, mais ou menos refinado, denso e capilarizado, mas à todas elas corresponde um território (escala espacial) com um grau de autonomia de decisão (escala de autoridade) e um posto (escala hierárquica). Os campos de poder resultam destas reticulações.

Nós distinguimos dois regimes de poder^x (questão 1). A reticulações como sistema de dispersão opera tanto pela disciplina quanto pelo estado de sítio, mas este último pode atuar por aspersão, de forma brutal, pontual

ou “aérea”.

Sempre há algum perigo rondando uma metáfora até o fim, mas queremos chamar a atenção para o que dá coerência a uma formação social, a fluidez da decisão e informação, mas também o sistema de regulação de conflitos. A sua canalização deve ser entendida como tática espacial. Assim, os protagonistas podem ter interesse em estabelecer uma luta ou ampliá-la. As reticulações, com as suas represas, seus ramos e valetas, pode isolar (abscesso de fixação), sufocar, propagar ou lateralizar resistências e revoltas. Estabelece-se então o desafio, decisivo, para as redes políticas e sindicais de se integrar ou não na reticulação global, ou se constituir ou não em contra-rede, em uma reticulação alternativa. Eles podem mirar um compromisso (junção ou adução) ou a ruptura (captação, desvios, fugas e organização de fugas).

Jean-Michel Brabant

1. Poder das escalas

A noção de estratégia se aplica, no vocabulário corrente, a uma série de termos. Nós trabalharemos, naquilo que nos concerne, com o fato de que toda estratégia implica um plano elaborado em função de um inimigo, real ou imaginário, concreto ou potencial.

A estratégia com a qual nos ocupamos é aquela que corresponde a uma prática de dominação do espaço em todas as suas formas.

Pensar sobre e organizar o espaço é uma das preocupações do poder. Se toda estratégia de poder tem uma dimensão espacial, o poder também tem uma prática de dominação do espaço adequada à sua estratégia.

Essa prática de dominação espacial não se identifica totalmente com a prática militar. A prática militar é só um aspecto, concentrado talvez no plano institucional, da prática espacial do poder. Ela se situa no plano do “saber pensar o espaço” de um poder pouco elaborado. O que caracteriza o poder é que sua complexidade anda lado a lado com uma intervenção multiforme sobre o plano do espaço.

Na fase de territórios restritos, autoridades frágeis ou esmigalhadas, o “saber pensar o espaço” se resume ao saber pensar a guerra. As camadas dominantes pensam em uma grande escala, como o chefe comandante de um bastião se preocupa essencialmente com a topografia do espaço reduzido cuja responsabilidade de defesa é sua e não com dados estratégicos nos quais está situado.

Quando o poder é capaz de raciocinar em uma escala menor, seu saber estratégico se diversifica. Isso é, sem dúvida, verdadeiro, sobretudo para o poder estatal, para o qual a guerra não é mais o único meio de extensão ou de manutenção de sua hegemonia sobre determinado espaço. O crescimento de uma série de forças, em particular no plano econômico, é baseado sobre uma compreensão do jogo dos espaços. Sua estratégia elaborada em pequena escala (é preciso definir mais rigorosamente o nível de análise privilegiada pelos diferentes estados maiores) é comumente percebido em grande escala (ou mais simplesmente em uma outra escala) o que oculta a sua significação.

Decodificar a prática espacial dos diferentes poderes é desvendar as suas estratégias sociais em termos de espaço, é esclarecer os mecanismos profundos da força daqueles que dominam e a fraqueza dos dominados.

A estratégia (como saber/prática do espaço) pode servir para subverter o próprio poder. Esse saber/prática não pode ser neutro e, se se trata de utilizá-lo, deve-se reinventá-lo. Evidenciar o “saber pensar o espaço” do poder deve permitir de fundar com as massas em luta uma nova prática espacial eficaz.

2. Ciência e ideologia

O reconhecimento do status científico de certos saberes é, sem dúvida, uma forma de hierarquização desses saberes relacionado à um status de poder e um consenso social e, ao mesmo tempo, à uma tendência necessária de rigor interno.

O lugar da geografia nesse processo é sem dúvida original. Ligada ao poder como um saber estratégico, a geografia se despolitiza ao mesmo tempo em que se “torna científica”.

Evidentemente, estratégia não significa guerra. Nem mesmo necessariamente conflito, mas sempre significa poder de decisão, isto é, poder. A estratégia do líder que quer permanecer legítimo não é aquela do confronto, ou, ao menos, não é apenas essa. De qualquer maneira, divide-se sem geral – seguindo assim a nomenclatura dos jogos de estratégia – o aspecto cooperação e o aspecto luta, a recompensa e a punição, a promessa e a ameaça, como duas faces desse Jano^{xi} que é um limiar, não um espaço. É que a estratégia é a arte de pensar o limiar da passagem ao ato. Se trata de uma arte porque ela não tem objetivo de explicar o artista: é preciso supô-lo. Não podemos pensar apenas na estratégia de x... e esse x escapa ao objeto de estudo estratégico em questão, porque não podemos fazer a distinção em uma abordagem estratégica entre o *interesse* e a *pessoa* que tem o poder de decisão (Sinonímia desses dois termos na Teoria dos Jogos). Toda distinção feita entre interesse e pessoa (por exemplo, a análise marxista distintiva entre a *classe burguesa* e os *partidos burgueses*) só tem um sentido estratégico se formos capazes de estabelecer que existem contradições entre o interesse de classe e o partido burguês e que há, então, dois interesses em presença.

Vem daí as limitações extremas da reflexão estratégica tanto que ela não se aplica à uma organização perfeitamente disciplinada na qual o interesse é de centrado, se alarga e se reproduz em diversas instâncias sociais. Essa hierarquização e essa concentração são obra dos estados maiores que estabelecem em sua prática verdadeiras redes de poder no qual zonas particularmente perigosas são esquadrinhas.

Nessa perspectiva, o processo de produção deve estar no centro de nosso saber/prática do espaço, porque esse saber e essa prática, ao nível do poder, são pensados em função dele.

Mais do que listar produção e recursos, embora não se trate de subestimar a importância dos dados, ainda que o poder às vezes os esconda, nos parece mais pertinente situar o lugar estratégico desses elementos no espaço ou o jogo combinado dos diferentes espaços de poder. A sobreposição das cartas de dados com aquela das redes de poder mostraria certamente alguns pontos chave do que está em jogo no espaço dos afrontamentos sociais.

Nossa preocupação deveria, no entanto, se limitar à elucidação crítica do poder atual em seus mecanismos e na delimitação de seus diferentes aspectos? Essa crítica tem a função de apreender e de orientar as ressonâncias espaciais das lutas daqueles a quem o poder oprime.

Na análise da origem dos contra-poderes populares que se voltam necessariamente, mas não exclusivamente, em torno do poder do Estado, o desafio é também definir o poder revolucionário como rede de poder tomada pelos diferentes agentes do processo social e colocada sob seu controle.

Em relação à questão de saber quem tem o poder, se é preciso, talvez, responder onde ele se encontra, isto é, antes de tudo, para saber a quem ele serve.

Jean-Michel BRABANT

Alain Joxe

1. Estratégia: arte de elaborar decisões em conformidade com a defesa de um interesse levando em conta os sistemas de interesses em confronto e as possibilidades de decisões e de defesa desses outros interesses. (Definição “próxima” daquela da Teoria dos Jogos, muito mais que daquela da estratégia militar na qual a noção de tempo é introduzida imediatamente).

Essa generalização da noção de estratégia é um fato semântico. Podemos lamentar porque isso significa finalmente qualquer coisa que se quiser, a partir do momento em que somos homens pensantes e que agem: “estratégia amorosa”, “estratégia do time de futebol Saint-Etienne”, “estratégia econômica”, estratégia de governo, estratégia da empresa, estratégia da diáspora em uma empresa, etc.

O estabelecimento desse status científico, através essencialmente da instituição universitária, transferiu a Geografia do domínio do saber estratégico para o posto de acessório do arsenal ideológico do poder. Essa passagem foi reforçada pela evolução epistemológica interna (no caso da geografia francesa) que, ao privilegiar a ciência dos lugares e não aquela dos homens, recusou, ao mesmo tempo, todo o “saber dos espaços”.

Esse “saber dos espaços”, ocultado pela “ciência” geográfica, mas em parte alimentado por ela, é antes de tudo uma prática ao nível do poder e de seus estados-maiores. O problema atual não consiste nem em criticar no plano epistemológico interno da geografia e nem em desenvolver uma nova ciência espacial (nova geografia ou geografia reformulada).

Mais do que se situar no plano do debate científico, convém decifrar um saber que funciona na realidade e que podemos tentar apreender no nível da prática.

3. O Estado

A noção de poder deve sempre estar ligada à abordagem que temos do tipo de organização social da qual ele é o princípio organizador. Evitar essa referência e contornar essa realidade é se expor à derrapagens na análise e usar as mesmas palavras para noções diferentes. O poder que nos preocupa, é aquele ao qual estamos submetidos atualmente em nossa sociedade e não um poder abstrato ou atemporal.

Conhecer esse poder, seus limites e a valorização de suas técnicas de dominação não se resume a uma abordagem exclusivamente espacial. Esse poder, essencialmente hierarquizado, se identifica com o poder do Estado, o topo e o garantidor dessa hierarquia. É o braço armado da organização social e essa conotação faz dele um dos objetivos essenciais de nosso estudo. Cartografar o poder é, primeiro, cartografar o poder do Estado em todos os seus escalões, definir os diferentes tipos de dominação do espaço e detectar as zonas de fraquezas ou de contradições. Isso deveria ser o objetivo do “saber dos espaços” pelo qual lutamos.

Esse poder, hierarquizado e con-



finido como missão; poderíamos dizer que o objetivo do exército é de constituir ferramentas estratégicas, isto é, meios que possibilitem o monopólio da decisão do emprego da violência e que tem a tendência de reduzir a realidade dos conflitos sociais à um cálculo matricial.

Alain JOXE

Jean-Bernard Racine Claude Raffestin

1. O poder popular, uma combinação de saber e de forças

As questões de Michel Foucault faz um apelo para uma tomada de posição global, de *ordem geral*, sobre a noção central em torno da qual se articulam todas as questões feitas: a noção de poder. Ao nos perguntar o que é o poder, nos parece possível definir a estratégia desse poder, mas também as razões para constituir uma ciência do espaço além do saber que o poder possui. O *geógrafo* pode, também, trazer alguns exemplos para refletir sobre temas da estratégia enquanto técnica de dominação espacial e de ideologia científica (quando o limiar da ciência se torna uma maneira de desqualificar certos saberes, em especial, os saberes populares).

Começaremos por nos perguntar o que é o poder, porque é preciso coragem de propor uma definição se quisermos avançar. Admitiremos, assim, que o fundamento do poder é a *inovação*⁵. Se tal for o caso, podemos defini-lo como uma combinação de *informação* e de *energia* ou, se preferir, de saber e de força. Ora, se esse casal, o saber mais a força, pode ser constituído pelo Estado (e é à isso que ele tende), pode ser igualmente constituído por qualquer organização política ou econômica. É por isso que acreditamos que a *estratégia* pode ser definida, em termos muito gerais, como o *caminho programado* para maximizar o casal informação-energia, conhecimento e força. A guerra e a dominação, dentro dessa ótica, são somente formas que podem assumir esse caminho e essa maximização, cuja necessidade não nos parece nem natural nem automática, mesmo se a dominação (que podemos mesmo considerar como

uma forma contínua de guerra) ainda continua a ser o essencial das relações humanas e espaciais.

2. Dois tipos de informação

Compreenderemos assim porque consideramos legítima a distinção entre saber e ciência, distinção que permite ao menos diferenciar entre dois tipos de informação. Aquela oriunda de um "saber" só pode ser empírica e, portanto, não baseada na teoria, enquanto a informação vinda de uma "ciência" deve poder ser teoricamente fundamentada. Essa é ao menos uma distinção que nos parece possível e necessária apesar de sua conotação neopositivista. Eis, então, a importância da constituição de uma "ciência" do espaço em vez de um "saber" que já está sob posse do Estado e de seus aparelhos, na medida em que uma informação vinda de uma ciência do espaço deveria permitir, em função que se apresenta, da necessidade de por em xeque o poder do Estado arruinando os elementos do casal informação-energia, por ele dominado. Nessas condições, parece provável que a dominação seja mais difícil de projetar, pois uma *contra-informação* poderia ser elaborada. Tal é, em todo caso, para nós, uma das maneiras, talvez ainda ingênua, de colocar em *devenir* as relações entre saber e poder. Há outras que podemos discutir a partir de um exemplo da teoria geográfica.

3. A Geografia, ferramenta de dominação

Nós não acreditamos que a noção de estratégia, tal como definimos, implica necessariamente que, através do saber, se faz a guerra. O elo com o conceito de dominação nos parece mais evidente, mais fundamentado. Na geografia, o saber ligado à análise "científica" dos lugares centrais se transformou em estratégia e, mais precisamente, em técnica de dominação, ou mesmo de ocupação do espaço econômico, político e geográfico. Esse saber é teoricamente fundamentado? Aparentemente os geógrafos da nova escola oriunda dos trabalhos de Christaller não duvidam, mesmo que cada um reconheça hoje em dia que a organização hierárquica do tipo dos

conjuntos urbanos é somente uma forma, entre tantas outras, de modos de relação entre as cidades. Da mesma forma, em matéria de estrutura intraurbana, reconhece-se que o centro das cidades teocráticas (como as “city” nas metrópoles atuais) são formas ligadas à diferenciação e à hierarquia nas ordens sociais totalmente diferentes daquele que permitiu, por exemplo, o nascimento da ágora na “polis” grega. Se a ágora fala de homogeneidade e de igualdade no lugar de diferenciação e de hierarquia, é que, para o historiador das cidades, o conhecimento “científico” não é nada mais do que o conhecimento do que está em conformidade com a lógica de desenvolvimento de uma dada sociedade.

Como esse saber será utilizado? A classe dominante pode se contentar em esperar as manifestações de uma evolução mais ou menos espontânea, seguir a tendência predominante do sistema. A classe dominante pode também, conhecendo essa evolução cientificamente, buscar utilizá-la de maneira voluntária. A aplicação dos critérios de energia mínima na divisão de uma superfície (quando é necessário repartir “eficazmente” as superfícies entre centros concorrentes) conduz, em efeito, a recortar o espaço em polígonos regulares, os hexágonos, permitindo então uma melhor pavimentação da superfície, aquela que minimiza os custos do deslocamento e dos limites. É assim que o Terceiro Reich decidiu organizar “racionalmente” a distribuição das cidades-mercados nas planícies da Polônia conquistada. Sabe-se que, desde essa tentativa abortada, explicitamente fundamentada nos trabalhos de Christaller^{xiii}, os exemplos de utilização dessa estratégia de dominação (militar, agrícola, comercial, social) se multiplicaram. Mas será que, por causa disso, devemos rejeitar totalmente essa problemática?

Teoria e saber popular

Sabemos que a descoberta da estruturação hierárquica dos sistemas urbanos é historicamente ligada ao desenvolvimento e à revolução quantitativa e teórica. É, de fato, para confrontar a teoria dos lugares centrais de Christaller⁶ com a realidade,

para fazer a passagem entre o mundo da teoria e o mundo da empiria, de tal maneira que pudéssemos assegurar a confiabilidade dos resultados obtidos, que homens como Chauncy Harris, William Garrison e Brian Berry, geógrafos buscando explicações gerais, à própria imagem de Christaller, escolheram recorrer à análise quantitativa. O saber que eles adquiriram foi recuperado pelo Estado para fins propriamente ideológicos? Trata-se de contestar o princípio teórico-científico de energia mínima ou a utilização que é feita do “saber” que a inteligência do princípio permitiu manifestar? A esse respeito, duas posições nos parecem possíveis para aqueles que se posicionam à esquerda.

A primeira posição é aquela que consiste em não querer se dar outro guia, outro princípio de ação, que não seja o controle democrático da produção do nosso espaço, lugar da nossa ética. O geógrafo não parte mais da “ciência”, cujo discurso tem muito frequentemente a função de alimentar e de fazer aceitar a ideologia dominante, mas do “saber popular” em relação ao qual ele procura dar uma expressão formalizada. É, evidentemente, uma maneira de construir, se enraizando se possível nas massas (mas o que isso significa para os universitários?), um contra-discurso, da alternativa possível, excelente meio de incitar o povo a reclamar o controle democrático da produção de seu espaço, esse controle sendo em última análise o único critério de verdade. Com algumas nuances, alguns de nós parecem ter feito essa escolha. Outros, no entanto, guardam ainda em sua prática – e nós estamos entre esses – o que eles poderiam qualificar como “uma parte necessária de positivismo”, um “positivismo minimalista”. Evidentemente atentos ao fato que, em seus modelos, o significativo não mantém uma relação necessária e natural como o significado, mas sempre contingente, portanto, eles concordam em diferenciar o conhecimento estritamente empírico da ciência teoricamente fundamentada. O fato de se situar em um perspectiva diacrônica os proíbe de esquecer que não existe, no espaço, significado ligado definitivamente a um significante. Bem ao contrário, um mesmo significante pode conotar múltiplos significados e, por vezes, até mesmo opostos.

6 Conforme a capa desse número da revista Hérodote.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2016
ISSN 2175 -3709

O centro urbano da cidade medieval conota uma zona de apropriação e de participação coletiva, enquanto que os centros atuais conotam a apropriação pelo poder econômico. As pesquisas desses geógrafos os conduzem na mesma perspectiva que aqueles que escolheram a primeira posição: o contra-discurso, no qual a informação científica é utilizada para colocar em xeque os efeitos da ideologia dominante. E por que não utilizar, justamente, os princípios subjacentes à teoria dos lugares centrais?

Controle democrático da produção do espaço

Como melhor assegurar o controle democrático da produção do espaço, senão mostrando a possibilidade científica de uma divisão do espaço político em uma série de unidades de tamanhos diferentes segundo o nível hierárquico das suas funções, seguindo o princípio desenvolvido por Christaller e a teoria dos limiares relativos ao tamanho/importância das cidades? Desde 1970, David Harvey propôs que refletíssemos sobre uma organização territorial que, sendo hierárquica em sua natureza, permitiria oferecer uma participação local máxima, com acesso a serviços próximos da condição ótima para cada uma das unidades consideradas. William Bunge⁷ seguiu essa ideia e propôs utilizar o trabalho de Christaller não para fins econômicos mas para fins democráticos, não para fins de centralização do poder, mas sim para a sua descentralização. Partindo da menor unidade viável para o exercício de uma função política (uma comuna^{xiii} canadense de 200 habitantes), ele pôde assim construir uma hierarquia de sete níveis, procurando então um modelo que lhe permitisse atribuir funções governamentais a cada um desses níveis hierárquicos. A teoria dos limites utilizada em vista de assegurar a maximização do rendimento econômico pode muito bem ser substituída por uma teoria dos limites análoga em sua formulação e sua utilização matemática, mas orientada não mais para a maximização do lucro, mas sim para a democracia, maximizando a validade da expressão política na cidade, por exemplo, assim como na região ou na nação. A energia gasta no trabalho científico pode

permitir encontrar o limiar da unidade no recorte espacial que maximiza a informação e as relações. O saber que, a princípio e tradicionalmente, é um instrumento estratégico de dominação, pode muito bem se tornar um instrumento de liberdade. Isso é tão verdadeiro que William Bunge prejudicou sua carreira com esse tipo de “inversão” da informação contra o poder dominante que a domina, tanto em Detroit, ao tratar da otimização das circunscrições escolares, como em Ottawa e Toronto ao pesquisar, como uma das condições de sobrevivência da humanidade, as possibilidades de uma estruturação democrática dos governos urbanos. Aqui estamos longe dessa “geografia que não serve para nada”: enfim, ela incomoda.

Jean-Bernard RACINE
Claude RAFFESTIN

Pierre-Yves Péchoux

1. Apropriação e controle do espaço

Se a estratégia é a escolha dos meios capazes de assegurar a quem os utiliza o controle do espaço, o saber geográfico – nomenclatura, análise de correlações, de descontinuidades, de limites – pode evidentemente ajudar quem detém o poder a escolher o lugar onde intervir mais eficazmente e a definir o ritmo melhor adaptado para realizar seu projeto de domínio do espaço (quer se trate de conquista militar, de planejamento territorial ou de renovação urbana).

Isso não quer dizer que os geógrafos fazem guerra, nem que eles participam pessoalmente do exercício de dominação exercido por uma classe ou por um aparelho de Estado que puderam se apropriar ou desviar para outros fins o saber geográfico. Isso quer dizer simplesmente que, graças ao conhecimento geográfico, a guerra pode ser feita de forma mais eficaz e imaginamos facilmente que incitar a produção do saber geográfico possa fazer parte de uma estratégia de dominação. A física nuclear, depois da invenção da pólvora, também foi desviada do campo das pesquisas teóricas...

Ao afirmar que a “geografia serve para fazer a guerra”, Lacoste faz outra

coisa que não reivindicar o reconhecimento dessa disciplina como a ciência das ciências? E, ao utilizar termo de “guerra”, não quer ele dizer que, como a guerra, a luta de classes ou a concorrência comercial têm como objetivo a apropriação dos espaços?

3. O impacto dos poderes sobre o espaço

Analisar a repartição dos “recursos” e da produção e permanecer nisso leva a se contentar com uma visão atomizada dos fenômenos que pode no máximo permitir estabelecer uma classificação formal ou um inventário quantitativo. Se questionar sobre a lógica de sua repartição permite, entretanto, revelar, além das explicações de alguns fatores que seriam as suas causas permanentes ou intermitentes – levando em conta a história ou as técnicas – qual *vontade* levou a colocar em valor (ou colocar em produção) os recursos e segundo qual *projeto*. Não seria suficiente questionar quem se beneficia com essa situação, isto é, reconhecer que o espaço tem um valor como qualquer outra coisa? Tal vontade, que tem os meios para alcançar a realização de um projeto, é a expressão de um poder. Esse poder não é a capacidade de um grupo humano – classe social, formação social, nação – de organizar, em função de seus ideais ou de sua ideologia, um espaço cuja extensão permite satisfazer suas necessidades e servir a seus interesses? Esse poder pode ser assumido por uma classe social. Pode ser aquele do Estado – que o Estado transcende as classes sociais ou expressa, diretamente, apenas uma, ou muitas, por compromisso... As redes de poder podem ser localizadas em diferentes escalas. Isso se reflete na sobreposição das redes de estradas nacionais – integradoras de um território no quadro de um projeto de Estado, e as redes de estradas vicinais capazes de servir os espaços de trabalho cotidiano ou sazonal de grupos de camponeses justapostos. Isso se manifesta também, em pequena escala, no contraste entre o traçado das ferrovias de exploração colonial e a rede de estradas que servem a um mercado rural e, em grande escala, entre as parcelas agrárias de uma agricultura mini-fundiária e a

geometria de uma floresta nacional ou de uma plantação comercial: extrair do território o suficiente para satisfazer as necessidades diárias ou organizá-lo para alcançar um lucro elevado em uma economia de mercado...

Tanto na Geografia quanto na História não é muito cedo para descobrir quem tem o poder ou como ele funciona; mas não deveríamos parar de usar o termo poder como uma expressão alegórica?

Pierre-Yves PÉCHOUX

Michel Riou

Os questionamentos de Michel Foucault têm, me parece, a natureza de permitir a expressão de alguns princípios essenciais e capazes de favorecer a definição de um conceito marxista da Geografia. Quanto à Geografia marxista, ela será feita mais tarde como ilustração, aprofundamento e enriquecimento. Poderíamos sempre pedir ao senhor Jacques Lévy para tentar; isso evitaria que ele passe seu tempo fazendo cara de quem não compreende. E me explico em relação a ele de maneira mais livre porque eu sou também membro do Partido comunista, leitor da *France Nouvelle* e marxista na medida das minhas possibilidades.

1. A luta de classes, fonte de saber

Me parece que a primeira questão de Michel Foucault se decompõe da seguinte forma: o que é a guerra? O que é a estratégia? Para mim, a guerra é o exercício durável de força concentrada. A guerra é só uma das formas de luta de classes ou da concorrência capitalista, na época contemporânea. Ela é somente a manifestação mais espetacular e mais mortal dos antagonismos que trabalham as sociedades de classes. O saber (geográfico, certamente, mas também, da física, da química, da matemática, da sociologia, etc.) é necessário para a guerra. Ela, entretanto, não é fonte de conhecimento por ela mesma. A fonte do conhecimento reside na luta de classes permanente, cotidiana, incansável. A maior parte dos progressos no domínio das ciências da natureza



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2016
ISSN 2175 -3709

foi efetuada no contexto da concorrência capitalista. A maior parte dos conhecimentos no domínio das ciências sociais foi elaborada para melhor preservar a dominação de uma classe sobre as outras, para evitar as revoltas e as perturbações de qualquer natureza. Não é a Geografia que surgiu dos combates, é o saber em seu conjunto. A guerra, pela forma específica que ela dá aos antagonismos, acelera a progressão do saber; mas ela não é a única fonte. Através do saber geográfico se expressa a luta de classes, mesmo se a guerra contribuiu e ainda contribui poderosamente para constituí-lo. Isso não significa que a guerra não precisa da geografia, qualquer que seja o campo [de conhecimento] ao qual pertencemos!

A segunda parte da questão trata da estratégia. Ela me interessa menos, não sendo homem político que como cidadão. Parece, no entanto, muito claro que a estratégia é a arte de engajar o combate em condições favoráveis. Ela interessa, além dos militares, aos sindicalistas, aos políticos e aos intelectuais. No domínio do combate de ideias que é o nosso, me parece extremamente importante saber onde, quando e por quem qual aspecto da ideologia dominante será atacado. No entanto, eu não falo de guerra. Mas que há combate, isto é, objetivos precisos, táticas, adversários definidos como tal, vitória ou derrota, não me parece negável. Há, entretanto, uma nuance considerável a respeitar: a luta política, sob forma pacífica ou sob forma militar, tem em vista a destruição do adversário enquanto adversário. A estratégia tem por objetivo, nesse caso, de assegurar uma dominação provisória, tendo em vista a eliminação definitiva. A luta intelectual não tem como objetivo a eliminação da fonte de ideias e, portanto, o enriquecimento potencial que constitui o adversário. A dominação lhe é suficiente, isto é, a audiência cada vez maior de seu pensamento. A luta intelectual não tem em vista senão objetivos estratégicos. É uma das razões pelas quais ela não pode ser decisiva e não pode também acabar. O papel dirigente da classe operária, no domínio da arte e do espírito, não consiste em impor silêncio. Consiste em fazer avançar um pouco a cada dia a reflexão de seus adversários

e de seus aliados, a partir e no quadro de suas próprias ações. Mas o processo é dialético: é apenas à medida que ouve e, então, deixa falar, que o proletariado tem condições de fornecer das realidades sociais uma análise suficientemente justa e convincente para que ele mesmo seja ouvido e seguido. A estratégia é então um meio de dominação intelectual; mas é preciso antes de tudo saber o que exatamente entendemos por dominação.

2. *A geografia, instrumento de libertação*

É preciso fazer da geografia um meio de leitura da crise mundial do imperialismo, do capitalismo e do centralismo em todas as suas formas. A geografia é a projeção da história no espaço. Não se trata de se tornar sociólogo, etnólogo, politólogo ou outra coisa. O que define uma ciência são os questionamentos que ela faz. O que faz o geógrafo, o que o distingue dos outros mercadores das ciências humanas, é a análise espacial que ele pratica. No nível da paisagem, da planta e do mapa. No espaço se manifestam as forças sociais. Elas se inscrevem na paisagem, no plano^{xiv} e no mapa.

O espaço é o lugar onde se inscreve a história, e a geografia deveria ser a análise daquilo que é permanente e daquilo que nasce. A esse preço, os geógrafos serão aqueles que deveriam ser despertadores de consciência, educadores e, portanto, libertadores.

Só conseguiremos isso nos apoiando continuamente na prática, na transformação da natureza e da sociedade.

Sem dúvida a geografia pressupõe especialistas, institutos e financiamento de pesquisas. Mas estou convencido de que não pode progredir no silêncio dos laboratórios, fora do contato permanente com as massas, sob pena de cair sem parar na velha rotina. Apenas o especialista pode ajudar as massas a analisar o espaço, mas somente as massas vivem o espaço e sabem, portanto, concretamente o que é o espaço. É uma política de longa duração que pode colocar a geografia (e o saber em seu conjunto) a serviço das massas, não a profissão de fé desse ou daquele ministro ou desse ou daquele geógrafo.

3. Quem tem o poder?

Não podemos responder de maneira não dinâmica. O poder se demonstra. Em benefício de quem se efetua a evolução de uma sociedade? Em benefício de quem tem o poder. E a definição do poder é essa, é a capacidade que se encontra em um homem, uma classe ou uma instituição de fazer evoluir para seu benefício o conjunto do corpo social. É evidente que o poder político nem sempre é o poder real e, em última análise e por um período suficientemente longo, o poder pertence a quem detém os meios de produção fundamentais. Eu creio que isso pode ser visto em qualquer estudo histórico minimamente sério. Quanto à natureza do poder, ela reside simplesmente nas forças armadas; todo o resto são somente premissas, enfeites, símbolos ou conseqüências da posse das forças armadas. Penso que, desde Marx, a questão foi resolvida...

Claude Bataillon

1. Sim, a guerra é uma imagem destinada a esclarecer o papel do poder, da estratégia, do político (ver item 3).

2. Aqui (como em outros lugares) ser científico significaria ser “o menos ideológico possível”. Certamente o rótulo científico é dado pelas “instituições científicas” que asseguram principalmente a manutenção da tradição, isto é, de um conjunto ideológico particular. Entretanto seria falsamente ingênuo esquecer que essas instituições científicas são também lugar de um certo debate possível sobre o conhecimento, porque elas fornecem os meios concretos para conduzir esse debate: tempo disponível dos assalariados da ciência, lugares e dinheiro...

3. Os geógrafos estão habituados tradicionalmente a estudar a produção e os recursos segundo um esquema fundado na paisagem: natureza (*paisagem natural*) recursos (*naturais*) produção (*paisagem humanizada*). Certamente, o impacto das “civilizações” é admitido, mas nós nos referimos mais frequentemente à uma *natureza* humana e a *mecanismos* econômicos. A ideia de um poder que não seja a

posseção de bens é nova entre os geógrafos como entre os economistas dos quais eles dependem muito: ver a análise do poder e do Estado feita por M. Guillaume (*Le Capital et son double. Economie en liberté*, P.U.F., Paris, 1975, p. 57, 82-84, 113, 145).

Claude BATAILLON

Alain Reynaud

1. Invertendo a proposição de Foucault, eu diria que a guerra é somente mais uma forma de dominação entre tantas outras.

2. Um saber dos espaços: ter cuidado de erguer o espaço como entidade, como elemento dotado em si mesmo de uma eficácia qualquer. Se trataria, sobretudo, de um conhecimento sobre as formações sociais utilizando o espaço, modelando-o em função de suas exigências, de suas tradições ou de suas necessidades, percebendo-o em função de sua sensibilidade.

Não se trata de ser obscurecido pelo fato de saber se a geografia é ou não uma ciência. A ideia – ou ideal – de ciência supõe um saber tão coerente e rigoroso quanto possível, as bases teóricas, uma armadura de conceitos, uma grade de leitura...

3. Se a geografia é o estudo das formações sociais em sua utilização do espaço, a questão do poder não pode ser eludida. Esse poder é multiforme: poder político (na escala da nação, no quadro do planejamento territorial... ou da guerra; na escala da comuna, quando a administração municipal decide construir um conjunto habitacional em um lugar e não em outro...), poder econômico (as grandes firmas cujas unidades de produção estão dispersas tem uma política espacial; os promotores imobiliários também têm uma política espacial...)

Alain REYNAUD

Guy Jalabert

4. É possível fazer uma geografia da medicina?

Resposta: sim, mas.

A saber que além das instalações



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2016
ISSN 2175 -3709

co-sociais que compreende diferentes categorias, sejam médicos do corpo, sejam profissionais de saúde mental desde o psiquiatra até o psicológico, fisioterapeuta, assistente social, fonoaudiólogo, etc).

A clientela desses centros é constituída notadamente pela média burguesia: quadros médios e superiores. Categorias da população mais bem informados? Onde o desequilíbrios fisiológicos e psicológicos ligados à profissão e ao sistema de vida são melhor revelados? É preciso pesquisar. Se trata de reintegrar e normalizar os indivíduos frequentemente jovens (e suas crianças: dislexia, psicose ou distúrbios de personalidade), recuperáveis para e pelo sistema social: lugares “abertos”?

- o mesmo preço da diária é de 40 francos, por exemplo, para uma casa de acolhimento para crianças que embora “normais”, precisam de assistência social municipal (privados do meio familiar: abandono, filhos de prostitutas, de delinquentes, de divorciados, de antissociais...)

Enquadramento: um pediatra, secretário geral do conselho regional de medicina do departamento; uma diretora administrativa nomeada pelos serviços sociais; “mulheres de sala” (poucas ou nenhuma educadora ou professora infantil); uma enfermeira. Os corpos são cuidados: higiene, ordem, limpeza, alimentação, arranjos (das camas, dos berços, das mesas, dos recipientes higiênicos e dos horários). Aí se trata de renormalizar, de “domesticar”. Sabemos que, mais tarde, os tribunais estão, às vezes, cheios dessas crianças filhas de marginais com os quais a instituição normalizadora falhou: retardos e carências afetivas, escolares, etc.: lugares “fechados”?...

São apenas algumas ideias nascidas de observações empíricas, de discussões com alguns personagens do “meio” (a leitura dos primeiros trabalhos de grupos de “assistentes sociais” incita a pensar que um dos lugares onde uma pesquisa deveria ser primeiramente feita não é aquele da medicina do corpo, mas aquele dos setores dos inadaptados, da reeducação, das relações hierarquizadas que se criam dentro dos espaços de exercício da medicina).

Uma geografia da medicina só é interessante se ela for:

- um meio de explicar a penetração da instituição médica na vida social sob suas diferentes formas, impregnando o espaço, repartindo-o, como um elemento de ordem social;

- um meio de amostragem prioritária de alguns conteúdos dos lugares onde se exerce a medicina, que seria preciso ser estudado a partir de dentro... bem além da geografia. Aí, M. Foucault já questionou e parcialmente já respondeu.

Guy JALABERT

Milton Santos

4. *Uma geografia da medicina*

Supondo que seja possível uma geografia em particular da medicina, a primeira coisa a lembrar é que as “modalidades de ação”, assim como os estabelecimentos médicos não são definidos *localmente*; as doenças a serem tratadas também não. A explicação da localização dos investimos médicos (materiais e humanos) e de sua “zona de intervenção” está em uma escala que ultrapassa aquela do lugar e frequentemente a ultrapassa muito, quando a decisão de criar um hospital ou posto de saúde é tomada em Berna, Boston ou Estocolmo. É preciso sempre recorrer a uma unidade de análise situada em um nível mais elevado para encontrar na totalidade do movimento social as razões específicas, particulares, aparentemente locais, de uma (se você quiser) dada geografia médica.

A cada movimento da sociedade o Todo renovado irrompe em uma multiplicidade de funções realocadas para lugares diferentes. Não são apenas funções médicas que, em termos absolutos ou relativos, são redistribuídas no espaço total, mas todas as outras.

A geografização dos serviços médicos obedece a uma política comandada por interesses de classe tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo. A redistribuição das potencialidades da formação social e o conseqüente rearranjo do espaço total dependem, tanto nesse caso como em muitos outros, de um mecanismo no qual a forma de poder não é indiferente. O estabelecimento de serviços médicos obedece a duas fontes essenciais de poder. De um

lado, o Estado os localiza de acordo com seu poder discricionário. Por outro lado, existem empresas e instituições de caridade, cujos motivos e decisões de localização são diferentes. De fato, certos equipamentos privados obrigam o Estado a criar outro; é o que ocorre quando há uma população que faz reivindicações e que é numerosa. O critério que define a distribuição no espaço total das possibilidades sociais totais existentes em um dado momento é político-econômico. Essas decisões concernem aos tipos de doenças, à modalidade de tratamento, à qualidade dos serviços e à sua frequência e as frações de classes sociais e da população em geral que tem acesso.

Uma outra ciência espacial

Geneticamente, o espaço se analisa pelo intermédio da reconstituição da história de sua produção; mas o processo de reprodução ao qual o espaço participa é assumido pela luta de classes criada pelo próprio processo de produção. Isso explica também porque a ciência espacial que desejamos não é a geografia oficial; e a geografia, viúva do espaço, não é a ciência espacial que ela deveria ser. A geografia ajuda sem dúvida a desenvolver e a manter um “saber” ideológico, enquanto que as outras disciplinas espaciais dão os instrumentos – métodos e técnicas – que serão utilizados para tornar as ideologias uma realidade concreta, e isso a serviço do grande capital.

O novo conhecimento dos espaços tem como tarefa essencial denunciar as mistificações que a geografia foi capaz de criar, defender e publicizar, assim fazendo transparecer os mecanismos reais: o estudo da criação do espaço humano como resultado da interação permanente entre homem e natureza, por meio do processo de produção.

Milton SANTOS

Christian Descamps

3. O tempo do poder

O que é o poder? Provavelmente é muito cedo para dar as definições gerais; mais modestamente: “O que o

poder controla?” A grade sincrônica, o espaço, mas também, e é esse ponto que eu gostaria de esboçar, o TEMPO, o FUTURO. Podemos sempre descrever o controle na sincronia, mas em que implica a sua duração? O poder somente é poder se controla o TEMPO, os tempos (calendário, classificação), mas também e, sobretudo, se ele pode pensar moldar o futuro *não contingente*. A questão do tempo do poder me parece ser muito frequentemente colocada do lado da acumulação e não suficientemente do lado de sua projeção. É urgente pensar o crédito de tempo que um poder se concede e sobre o qual se baseia/se negociam os acordos (reflitamos sobre a moeda de crédito como avanço do tempo).

O tempo do capital não é certamente simples reprodução de um presente à variáveis (cf. a grande bobagem das futurologias). Esse tempo multiforme em seus códigos é indiferente aos conteúdos mas com uma condição fundamental: poder diferenciá-los, propagá-los.

A gestão dos poderes não me parece se referir à reprodução de um código, de uma forma (que suporia um fundamento), mas diz respeito à capacidade de distribuir as urgências. Elas podem ser espaciais, mas estão necessariamente inscritas no futuro. A ordem do poder não é a do tempo estável – antigo sonho dos impérios –, mas o domínio de qualquer reprodução de todos os possíveis que podem advir. Em termos clássicos, a elevação da composição orgânica do capital – que o mesmo número de trabalhadores manipula quantidades cada vez maiores de matérias primas, de objetos, de máquinas – resultou na ruína do fundamento dos conteúdos dessa produção; o axioma dos poderes se torna a necessidade de reproduzir uma *arbitrária* lei do valor. Os aparelhos “dão” a si mesmo regras fixas e rígidas que são sempre distanciadas pela realidade (cf. Virilio e Baudrillard). Esses reajustes são chamados ciclicamente de crises. Mas serão definidas em relação a qual homogeneidade “normalizada”?

Se o poder está ligado ao controle do tempo (que ainda virá), ele o é enquanto faz recortes de séries de espaços-tempos pertinentes, enquanto faz funcionar múltiplas disjunções.

Christian DESCAMPS

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2016
ISSN 2175 -3709

Sobre as perguntas de Michel Foucault

Notícias do front ideológico

Michel Pichol

Através das questões que Michel Foucault fez à *Hérodote*, vemos passar o tema das relações do saber com o poder e seus efeitos sociais. Pode ser interessante mostrar aqui que essas relações estão evoluindo, pelo menos parcialmente: é o que mostra, em parte, o que se passa no movimento social; em parte, o que se produz do lado dos intelectuais que se recusam a desenvolver sua ação nas instituições do poder. Não é então inoportuno pegar esse desvio. Ao longo do caminho, alguns elementos podem ser propostos em resposta à Michel Foucault.

O saber

Há geógrafos, mas também sociólogos, arquitetos, urbanistas, médicos, matemáticos, historiadores e muitos outros ainda... Todos, de uma certa maneira, através de práticas diversas, a partir de bases frequentemente diferentes, realizaram uma crítica radical do conhecimento que, de uma forma ou de outra, eles são detentores. “Guerrilha Epistemológica” foi o que já se escreveu aqui. Cada disciplina secreta seus rebeldes, seus indisciplinados.

O mapa do saber é constituído de uma pluralidade de lugares de resistência, com muitos pontos vermelhos ou pretos cuja rede macula o cinza neutro e uniforme deste continente pacífico se não pacificado.

O que está em jogo por trás de todas essas manifestações, é a conexão, finalmente reconhecida, do saber com o poder.

Não há, não há mais, saber inocente: qualquer forma de conhecimento está intimamente ligada a uma formação social, portanto, a um cenário político dominado pelo poder que organiza o corte dos discursos e define os lugares nos quais eles se desdobram. Sem cair na divisão de ciência burguesa-ciência proletária, é preciso indicar, depois de muitos outros, que o saber não pode mais ser considerado sem se levar em conta o que o arti-

cula ao poder. É preciso se habituar a pensar várias coisas ao mesmo tempo e abandonar o ponto de vista restrito do especialista. Dentro do método geográfico, nós chamamos isso de mudança de escala.

É assim que podemos dizer que o saber sempre se instaura como “saber para”. Por muito tempo considerada inofensiva, a organização do saber em discurso se revela um instrumento de poder. Gradualmente, o que se diz, o discurso, é reconhecido como produtor de efeitos, o que se faz. Um modo de produção do discurso (J.-P. Faye) como modo de produção de poder está ligado à toda forma de saber.

Em torno disso acontecem atualmente os combates um pouco dispersos que transformam o saber em jogo e em campo de batalha no interior de nossa sociedade. A servidão aos valores de mercado que a sociedade generalizou não é, finalmente, desconectada do sistema do saber. Os sábios, grandes ou pequenos, têm nele a sua responsabilidade.

Das lutas e o Estado

Voltemos por um momento o nosso olhar para o conjunto das lutas atuais. Mais uma vez, notamos uma dispersão muito grande que, à primeira vista, desorienta. Como ordenar esta diversidade, como atribuir-lhe um significado inteligível? O que há de comum nas lutas dos prisioneiros, na contestação no exército, nos movimentos das mulheres, dos homossexuais, dos autonomistas, das greves escolares, da oposição ao programa nuclear E.D.F., da longa resistência dos camponeses do Larzac, na contestação das formas atuais do saber, em suma, tudo o que não se deixa ler diretamente como luta de classes?

Falou-se sobre front secundário ou lutas periféricas. Essas expressões não explicam grande coisa. Elas reconhecem uma identidade sem poder nomeá-la. Elas não têm, portanto, nenhuma utilidade para entender ou compreender uma parte vital do que se move em nossa sociedade.

Este conjunto é ilegível. Estes movimentos aparecem como movimentos convulsivos, desprovidos de coordenação. Essa confusão vai permanecer enquanto não colocamos essas lutas junto com aquilo em torno do que elas gravitam: o Estado. Imaginemos uma cartografia de cada um desses elementos, as lutas e o Estado. A sobreposição dessas duas “cartas” permitiria enfim uma leitura. A sua montagem seria lida como contestação do Estado ou como crise do Estado, conforme se passa de uma representação para outra.

Aqui, surge um verdadeiro problema, o da utilização do conceito de mapa, que aqui quisemos metafórica. Isso indica um possível método, sem usá-lo em todo o seu rigor. Podemos realmente fazer um mapa da contestação, e mais ainda, um mapa do Estado? Os campos de luta são, por vezes, cartografáveis: luta dos autonomistas, luta no exército, luta contra a E.D.F... O que podemos indicar são os pontos sensíveis da luta, os campos de confronto, mas a luta pode transbordar deste quadro, e então é todo um conjunto cartográfico que deve ser implementado.

No nível do Estado, as coisas são mais complexas. A questão que surge é: o Estado é suscetível de uma representação espacial? Ele domina um espaço. Ele o recorta. Ele o organiza ou tenta fazê-lo. Um conjunto bastante completo de mapas administrativos, de mapas de implantações de aparelhos do Estado, de mapas de setores de intervenção poderia constituir uma primeira aproximação, mas permanecerá bastante insuficiente. O poder do Estado nem sempre se deixar apreender por meio da presença de seu aparelho, mas também, e, sobretudo, pela sua capacidade de aparecer como um elemento natural da organização social. Nas redes, detectáveis pela intermediação de uma cartografia extensa, as lacunas e as deficiências poderiam ser lidas, mas sem levar em conta a magnitude da tarefa, até então jamais empreendida, podemos nos questionar se o essencial pode ser delimitado.

Porque o que está em jogo atualmente é o consenso dos cidadãos. A função organizadora, unificadora e protetora do Estado na sociedade não é mais aceita por camadas cada vez

maiores de cidadãos. É o papel ideológico do Estado que já não é mais reconhecido ou que o Estado já não mais é capaz de fazer reconhecê-lo. O mais frio dos monstros frios (Nietzsche) finalmente entrou em contato com o calor da crítica. Portanto, [o Estado] aparece essencialmente como um instrumento da classe que está no poder de dominação e coerção. O Estado encolhe em torno de seu núcleo duro, duro para os oprimidos.

“Sem justiça em sem exército não há Estado, qualquer que seja a sua natureza” (Machiavel).

Pode-se interrogar sobre o lugar em que acontecem as lutas que, de perto ou de longe, desafiam este instrumento, sobre a escolha, se é uma, desse lugar. Do lado de uma luta da classe operária que não deixou de existir por enquanto, mas que em muitos casos não ultrapassa o nível da contestação-negociação do valor da força de trabalho pelos sindicatos-negociadores, por que vemos surgir essas novas formas de ação?

É preciso situar esse nascimento depois de Maio de 68, que foi, em um mesmo movimento, o último afrontamento generalizado do proletariado contra a burguesia e uma grande onda de oposição ao Estado. Diante do refluxo do movimento operário, sabemos em que condições o Estado descobriu sua solidão, porque o choque surgido no Maio de 68 se espalhou em ondas cada vez maiores. A crítica se expandiu, se diversificou e se multiplicou, ainda que fracionada. De um ataque frontal passou-se a uma guerrilha proteiforme na qual se conjugam esforços aparentemente isolados. Politicamente, o movimento parece ter enfraquecido, as solidariedades se situam em um escalão inferior (inferior ao Estado como um todo), mas é justamente porque é neste nível que o Estado pode ser parcialmente negado e nesse nível que suas defesas são mais fracas. Alegando representar e organizar, defender o conjunto da sociedade, [o Estado] está desamparado diante dessa difração das solidariedades; tornado inoperante, ele é desmantelado. É por isso que, tanto quanto uma luta contra o Estado, convém falar de uma encenação da crise do Estado.

Reencontramos o problema das escalas. O Estado concebido como o aparelho de dominação do espaço

nacional seria inadequado ao controle de certas escalas. Suas redes, altamente ramificadas, seriam afetadas talvez pela dimensão nacional em que se inscrevem. Cada segmento de rede permanece ligado ao conjunto e só funciona em ligação com ele. Tudo leva a uma única escala. O Estado não se divide. (Mas, ele pode entrar em contato com redes autônomas, como veremos mais a frente).

Temos ainda que constatar que a crise é produzida por outros fatores que estão situados em uma escala menor. O capitalismo, como se sabe, se espalhou muito além das fronteiras nacionais onde surgiu. Sua esfera de intervenção é, sem trocadilhos, planetária. A autonomia do Estado diante do desenvolvimento de tal poder é reduzida a poucas coisas. O seu papel é apoiar, na falta de algo melhor. Ele está desarmado, ou melhor, ele se rendeu diante dos grandes trustes, não mais “multinacionais”, mas transestatais. Em uma palavra, [o Estado] já não é mais o mestre em sua casa.

[O Estado] se tornou impotente em resolver os desequilíbrios regionais, que ajudou a criar, pois a política espacial de investimentos é feita largamente por detrás dele, e o capital é investido onde a rentabilização é mais fortemente assegurada, nas zonas mais fortemente equipadas para a produção altamente especializada, nas regiões de mão de obra para fabricação e montagem. Portanto, não há nenhuma chance dos desequilíbrios desaparecerem. Eles podem ser transformados ou agravados, mas o peso do Estado nessas transformações, sua parte criativa, são muito fracos. Ele ocupa um lugar importante no trabalho de acompanhamento dessas transformações. Então, quando ele se apresenta como organizador do desenvolvimento e do crescimento, é de, cada vez mais, fazer rir. (Os únicos que não riem são os editores do Programme Commun^{xx}. Eles acreditam e seu programa não é nada além de um projeto de restauração do Estado. Não há declínio em perspectiva!).

Portanto, a resposta para pergunta “o que é o Estado?” está se tornando cada vez mais óbvia: “É a defesa da classe no poder”. Esta parece naufragada no Estado. O Estado é sua balsa do Medusa^{xxi} e seu baluarte. Mas ao se isolar nele, ela se revela como tal por

trás da máscara rasgada do discurso ideológico.

A única solidariedade que a classe no poder ainda tenta estabelecer para se camuflar é a solidariedade do medo, porque só ela permite de legitimar a presença de um aparelho de repressão onipresente. O espetáculo da repressão é em si mesmo um elemento desta encenação do medo. O Estado organiza a violência da sociedade para denunciar a sociedade violenta e tomar medidas contra ela. Medidas cada vez mais eficientes e aterrorizantes porque são produzidas pelo enorme desenvolvimento tecnológico da indústria de ponta.

Por trás do espetáculo da repressão, ou melhor, o acompanhando, há o inquietante dispositivo de esquadriçamento da sociedade (informática, telecomunicações, transportes...). É por aí que o Estado está ligado à economia, à indústria e à pesquisa. Os Ministérios do Interior^{xxii} e do Exército são os únicos centros de decisão, subordinando todos os outros. Neles se resume todo o Estado e seus prolongamentos exteriores, essencialmente mediados pela tecnologia da repressão.

Se o Estado é reduzido a isso, devemos nos perguntar o que garante as antigas funções das quais está despojado. Caso contrário, estaríamos condenados a compreender e a analisar a sociedade como um vasto campo de luta, uma guerra interna pura e simples. (Como tem feito há algum tempo a Esquerda proletariana).

A universidade e seu desaparecimento

Este longo desvio pelo Estado, nós nos desculparíamos se não fosse indispensável para os nossos propósitos. Como tal, ele nos permite voltar a uma escala maior. Não aquela do saber inicialmente utilizado, mas aquela, mais particular e que não se confunde totalmente com ela, a da Universidade, isto é, da instituição em que o saber é socialmente inscrito.

Como aparelho de Estado, a Universidade sofreu a crise mais cedo do que qualquer outro. O Maio de 68, mais uma vez, marca o grande momento dessa ruptura. A universidade deixou de funcionar como um instru-

mento adaptado à sua função. Vamos dizer que Maio de 68 revelou um fenômeno que até então nunca havia sido claramente reconhecido. A Universidade funcionava de alguma maneira; as tentativas de transformação da instituição – ligações mais próximas com o sistema de mercado, sob a tutela do Estado – estavam em curso. Uma certa incompatibilidade foi então admitida. Mas o Estado, que pensava que poderia se reformar por ação autônoma, não tinha analisado a situação em sua verdadeira grandeza. Ele fez muito ou muito pouco. Ele fez isso, sobretudo, muito tarde.

Uma vez reconhecida a crise, o poder tirou conclusões realistas, que, afinal, testemunham a inteligência dessas coisas por seus líderes. O divórcio entre a instituição e o Estado estava evidente. Era necessário oficializá-lo para salvar o que poderia ser salvo: um poder de controle não muito visível sobre o conjunto. Não importa as palavras – autonomia ou outra – o essencial é que o princípio foi reconhecido. Incapaz de fornecer à sociedade uma ideologia unificada servida por uma equipe homogênea, a Universidade foi transformada, foi dividida. Reconhece-se aí a passagem de um discurso único, o “nós” do Estado, à um concerto de vozes particulares. Ao fracionar o aparelho ao extremo, tratava-se de dar a ilusão de seu desaparecimento para, nos bastidores, colocar o poder na posição de vigilante. Esperava-se dessa reforma que ela neutralizaria a crítica ao instaurar uma espécie de cacofonia ideológica.

Esta paralisia crítica foi parcialmente obtida. Os grandes movimentos contra a instituição foram gradualmente amortizados e presos em uma repetição daquele de 68. Uma certa desmobilização, às vezes interrompida por despertares espasmódicos, parecia testemunhar a lucidez do poder. Ela só a testemunha na medida em que a pergunta “a que serve a Universidade” não é mais feita de forma coerente; isto é, em atos.

Mas, ao tornar impossível esse tipo de questionamento, encerrando desta forma os alunos e professores dentro dos limites de suas disciplinas, o poder não mediu a força dos novos questionamentos que surgiriam. Impedido de fazer o questionamento global da universidade, eles retornaram para um

tipo de movimento natural, para o saber, para o seu saber. Não é como professor ou estudante que fazem questionamentos, mas como especialistas ou aprendizes de especialistas deste ou daquele saber. Ocorreu uma mudança de escala e, com ela, uma mudança de sentido. A função ideológica do conhecimento, notada simplesmente em 68, se tornou objeto de uma investigação específica. As relações com o poder do conhecimento têm sido progressivamente desveladas. Um campo de luta política se constituiu, disciplina por disciplina, graças às solidariedades reduzidas.

Isso dá origem à um movimento multifacetado com iniciativas dispersas. De tudo isso, os adversários parecem invisíveis ou ausentes, porque não estão mais incorporadas em uma instituição ou em um grupo oficial. Efetivamente, se trata de desmascarar as armadilhas do discurso especializado. É um retorno sobre si mesmo, sobre a sua prática, que o especialista é forçado a operar para desvelar estas coisas. Até certo ponto, podemos dizer que é o poder, bloqueando as contestações da instituição, que orientou as pesquisas sobre o discurso da instituição. Ao provocar as solidariedades inscritas em quadros restritos, foi ele quem produziu esse campo de investigação até então pouco identificado. Ele finalmente colheu o que plantou.

Passamos da pergunta “a Universidade serve para que?” para a pergunta “o conhecimento serve para que?”. O desafio mudou. Mantido dentro das divisões disciplinares, as contestações parecem menos perigosas, porque é muito menos global, mas seu poder de crítica radical é mais total, porque permite definir as linhas divisórias dos campos envolvidos. Se, antes, ainda se podia encontrar tranquilamente um lugar como intelectual de esquerda na frente da luta contra a Universidade, mantendo uma *prática do saber* conservadora, hoje é esta prática que deve ser colocada na balança. Uma etiqueta revolucionária não é uma cobertura suficiente. Não podemos fugir tão facilmente. Fraudadores ideológicos não passarão mais sua mercadoria de pouco valor tranquilamente.

E, sobretudo, essa mudança de questionamentos abriu os problemas do saber sobre os problemas da sociedade e de sua transformação. Ao

querer bloquear as pessoas em sua especialidade, ele levou-as a sair por outra porta. Uma nova forma de fazer os questionamentos permitiu deslizar do campo do especialista para o de sua prática e das relações com o mundo exterior, de modo a operar, de novo, uma mudança de lugar. Os médicos não mais se limitaram a estudar os problemas de saúde, mas os dos doentes; os juristas ultrapassaram os problemas da direito para resolver os problemas dos cidadãos; os historiadores não pensam mais apenas na História, mas na relação com o passado da nossa sociedade... O saber não é mais totalmente propriedade de especialistas; é o produto de um intercâmbio entre eles e as pessoas às quais eles se dirigem (todos aqueles que até agora têm sido despossuídos pelo poder que vem da ciência – os trabalhadores).

Isto significa que a Universidade deixa de ser o quadro privilegiado da ação destes especialistas e que ao se abrir as disciplinas também são deslocadas. O saber muito novo que tenta se criar não se deixa mais ser preso em estruturas rígidas. O caso (citado em uma edição anterior de Hérodote) do geógrafo americano Bunge é muito importante neste contexto. Seu itinerário, que o conduziu do campus de Detroit aos táxis de Toronto a partir de suas exigências de geógrafo e através delas, é bastante exemplar do que está se produzindo em outros lugares.

Mas esse saber que não se desdobra mais nos quadros tradicionais é muitas vezes contestado pelas “autoridades universitárias”. Não é mais geografia, afirmaram os ex-colegas de Bunge sobre o seu trabalho. O que importa se a sanção profissional falta a essas tentativas. Não se pode de qualquer modo ser de outra forma. Mais significativamente, mais perigoso também, é a estratégia do Estado que desmantelou o aparelho universitário, mas não pode ficar sem a informação que esse aparelho, bem ou mal, lhe forneceu.

Os meios de controle do poder não pararam de aumentar. A sua eficácia, servidos por uma concentração de informação, é maior a cada dia. Mas a informação passada através do filtro desse aparelho formidável faz o poder correr o risco de não captar o que acontece como coisa nova na sociedade. A programação dos instru-

mentos de informação arrisca perder fenômenos que se desenvolvem nas margens do poder. A gestão estratégica da sociedade implica um saber na base que não é dado automaticamente pela tecnologia do poder.

Isto é o que conduziu o poder a se interessar pelas novas formas de saber que aparecem atualmente. Mas o aparelho do Estado é bastante inadequado para um empreendimento deste tipo: embora os centros de pesquisa dos ministérios tenham recorrido a uma série de intelectuais contestadores para recuperar as formas de saber inassimilável por uma abordagem externa, não é por esse canal que se elabora esse gênero de tentativa. O essencial da ação do Estado passa por uma outra via, aquela dos centros de pesquisa ligados por contrato (CERFI, CSU, ACRES...). Estes centros são compostos de pessoas que trabalharam e trabalham nas aberturas atuais do saber. Muitas vezes ricos de uma prática militante, eles são capazes de, graças aos contactos que têm com o movimento real na base, desenvolver análises, de formatar questões de outra forma que o Estado não pode fazer. Assim, toda uma forma de conhecimento pode ser recuperada pelo poder por esse intermediário.

Podemos nos perguntar sobre os motivos que conduziram esses grupos a se constituir. De maneira geral, é a recusa de se deixar presos nos quadros universitários que os conduziram a esses grupos. Dessa maneira, eles têm a oportunidade de realizar um trabalho mais concreto. Eles mediram os riscos envolvidos nessa colaboração com o Estado e muitas vezes realizam o seu trabalho com grande liberdade e sem concessão. Na verdade, na maioria dos casos, eles realizam seus estudos por si mesmos, sem se preocupar com o cliente. Mas, em certas ocasiões, o cliente pode ser particularmente exigente. (Um centro de pesquisas teve recentemente removido todos os seus meios de existência por causa de retenção de informações). De qualquer maneira, o Estado não tem interesse em controlar muito estritamente esses centros, porque é justamente a sua capacidade inventiva, sua aptidão à inovação que ele financia. Nesta estratégia de recuperação, todos se imaginam vencedores. O que eu quero enfatizar é o interesse do poder por tudo o que

acontece nas esferas nas quais seus dispositivos e seus policiais não lhe deram acesso.

O que está em jogo por trás de tudo isso, é a função da contestação. Todo o movimento de questionamento pode falhar. Ele fracassará no caso de não ter medido todos os perigos das tentativas de recuperação. As formas mais radicais de luta podem muito bem servir como elemento de um processo de auto-regulação do poder, se o poder demonstrar ser capaz de integrá-las em sua dinâmica. A crise do Estado pode muito bem ser resolvida nesse sentido. E o que acontece no nível do questionamento do saber ecoa em outras áreas.

Isto não é uma constatação de fracasso, mas um aviso. É preciso que esse front ideológico se desenvolva e se expanda. A compartimentalização disciplinar ainda é muito forte. Ela é, de fato, o produto das origens desse movimento, que começou, como nós constatamos, de uma reflexão dentro de cada província do saber.

A necessidade de uma ação conjunta entre especialistas de disciplinas diferentes se manifesta em muitas ocasiões. Por outro lado, não se deve perder de vista que não é o conhecimento de um determinado especialista que deve ser o objeto de uma contestação, mas *todo o conhecimento especializado*. As possibilidades de reuniões interdisciplinares devem ser desejadas, desde que não sejam formais e que correspondam a projetos precisos. Não se trata de retomar a interdisciplinaridade fictícia que esteve em voga durante algum tempo após 68, simples adição de saberes sem articulação de um com o outro. É baseado em um uso diferente do saber, libertado de suas extensões com o poder, contra ele, que estas reuniões deverão se efetuar.

É por isso que não devemos considerar a *priori* uma vasta confederação de todos os focos de resistência. Não é questão de recomeçar com as velhas formas de organização que contribuíram a criar tantos poderes intermediários. Nem partido político, nem sociedade científica, mas ligações flexíveis, múltiplas – como são os movimentos que percorrem nossa sociedade.

Repetamos, através de tudo isso, que não se trata de buscar uma nova razão para viver para os detentores do saber, para eventualmente substituir o

especialista pelo especialista revolucionário. Que não se conte conosco para mergulhar aí dentro. A oposição ciência burguesa – ciência proletária é uma falsa oposição: em ambos os casos, ela empurra o cientista para o lado do poder, organizando a separação entre os que sabem e aqueles que são submetidos a esse saber. O que podemos imaginar, é que o saber irreduzível ao poder pode emergir de novas práticas. Um saber controlado por grupos cada vez maiores, que foram colocados em posição de compreender o papel que desempenham nesse domínio. Os desenvolvimentos do saber poderiam ser socializados, a pesquisa poderia ser tirada da falsa ilusão que a faz acreditar que é nela mesma que se encontram as virtualidades de suas evoluções futuras.

Para aqueles que estão preocupados com essa perspectiva, nós dizemos que eles estão certos. Quando o escândalo atual da organização do saber der lugar ao conhecimento sobre a organização deste escândalo, eles vão entender o que queremos dizer.

Michel PICHOL

Nota dos tradutores

ⁱ Em português, Vontade de Saber – I Vol. – História da Sexualidade

ⁱⁱ Ça, no original. Ça, em francês, além de ser um pronome demonstrativo (isto, isso, aquilo usado de maneira informal: “ah, então é isso?”) é também a tradução em francês do “*Id*” freudiano, a instância psíquica que constitui o lado pulsional da personalidade. O “ça”, donde os conteúdos são inconscientes é o reservatório primeiro da energia psíquica, ele entra em contato com “*ego*” e o “*superego*”. Portanto, além do sentido “*isso*” na frase a referência ao “ça” envia ao sentido: ah, então é disso (é isso) do que se trata (de sexo, de pulsão...).

ⁱⁱⁱ Em português: Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

^{iv} “Gênio militar” no sentido do setor de engenharia militar

^v Sébastien Le Prestre (1633-1707), marquês de Vauban, também

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2016
ISSN 2175 -3709

conhecido por Sébastien Le Prestre de Vauban, foi um engenheiro militar francês.

^{vi} Nikolai Ivanovich Bukharin (1888 –1938) foi um revolucionário e intelectual bolchevique e mais tarde um político soviético

^{vii} Samir Amin é um economista franco-egípcio marxista

^{viii} No original, está em inglês: *No man'sland. No powerland.*

^{ix} Na França, prefeitura é uma circunscrição administrativa onde exerce um prefeito. Esse último é funcionário de alto escalão nomeado pelo presidente da República. Ele representa o Estado francês nos departamentos e regiões. Portanto, o autor se refere às malhas, às reticulações do território operadas pelo Estado via as circunscrições *prefeitórias*.

^x Os autores se referem provavelmente à disciplina e estado de sítio

^{xi} Deus romano representado com duas faces, uma olhando para frente e outra para trás.

^{xii} Walter Christaller na Alemanha, em 1933, desenvolveu a teoria das localidades centrais. As cidades são lugares centrais que oferecem bens e serviços mais ou menos importantes. Deve-se distinguir dois tipos de bens: os bens de base que são específicos de certas cidades centrais e os outros bens, que podem ser encontrados em cidades menos importantes. A distância de uma cidade engendra um custo suplementar para quem pretende se fornecer com determinados bens ou serviços: é a distância econômica. O número e tamanho das cidades são função desses dados e se pode, segundo Christaller, distinguir sete níveis de lugares centrais, da pequena vila à metrópole regional. Por outro lado, num espaço supostamente homogêneo, a dispersão dos lugares centrais não seria aleatória, mas se organizaria conforme um mosaico de hexágonos encaixados. Sabe-se que essa normatividade da teoria de Christaller foi criticada e com o tempo *nuancé*, a regularidade dessa distribuição é variável segundo as regiões e países. Os tipos de bens e serviços contemporâneos colocam em xeque a evolução estritamente hierárquica entre cidades que deveriam seguir uma tipologia evolutiva. Sabemos das macrocefalias de enormes cidades que não são

mediadas por cidades intermediárias de tamanho “médio” nas relações com as cidades pequenas; no entanto, os estudos das hierarquias e regiões de influência das cidades continuam sendo feitos e nos dando uma compreensão das “armaduras” urbanas (cf. o REGIC de 2007, feito pelo IBGE para o território brasileiro). Existem numerosos estudos sobre localidades centrais no Brasil, em particular os de Roberto Lobato Corrêa (*Trajetórias geográficas*, 1996, Bertrand Brasil) que aportam uma contribuição muito importante para a teoria com, em particular, a noção da rede dendrítica levando em conta as macrocefalias urbanas em sua articulação direta com a rede de cidades menores.

^{xiii} Se refere aos municípios que são, em geral, de tamanho e população muito variáveis

^{xiv} No sentido de “planta” [plan], mas também do “plano” regional/urbano

^{xv} Pessoa com poder político em algum lugar; ele é “notável”, visível

^{xvi} São, na França, os representantes políticos eleitos no nível da divisão político-administrativa dos departamentos

^{xvii} Os institutos médico-pedagógicos acolhem crianças e adolescentes com problemas psíquicos importantes e ministram atividades educativas com acompanhamento médico-psiquiátrico

^{xviii} “Hospital dia”, na França, é o lugar para acolher pessoas com problemas psíquicos durante o dia, mas esses pacientes voltam para casa à noite.

^{xix} Companhia energética francesa

^{xx} Programa de reformas proposto pelo Partido Socialista, Partido Comunista Francês e radicais de esquerda em 1972.

^{xxi} Referência ao quadro *Le Radeau de la Méduse* (a Balsa do Medusa), de Théodore Géricault. O quadro representa um episódio trágico da Marinha Francesa, o naufrágio do navio Medusa na costa da atual Mauritània na África em 1816.

^{xxii} Ministério que, dentre outras funções, é responsável da segurança interior e da polícia.